Parte II - Etnicidade e saúde

4. Etnia, raça e saúde: sob uma perspectiva nominalista

José Carlos dos Anjos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ANJOS, J.C. Etnia, raça e saúde: sob uma perspectiva nominalista. In: MONTEIRO, S., and SANSONE, L., org. *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, pp. 96-119. ISBN: 978-85-7541-615-0. Available from: doi: [10.7476/9788575416150.0005](https://doi.org/10.7476/9788575416150.0005). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/dcc7q/epub/monteiro-9788575416150.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Parte II ETNICIDADE E SAÚDE

ETNIA, RAÇA E SAÚDE: SOB UMA PERSPECTIVA NOMINALISTA

José Carlos dos Anjos

Busco cruzar aqui perspectivas geralmente distantes no quadro das abordagens teóricas em ciências sociais, de modo a destacar a pertinência teórica de se correlacionar etnia e concepção de corpo, por um lado, raça e saúde, por outro. Na primeira parte deste artigo, engajo a discussão de raça e saúde numa perspectiva *historicista nominalista*. Sigo nesse esboço a sugestão de Foucault (1997) de que raça, na sua acepção moderna, é categoria correlata de um processo de propagação de uma biorracionalização da governação, da disseminação de tecnologias locais de poder para a administração de populações, visando a constituição do corpo saudável e homogêneo da nação, o adestramento e a maximização das forças produtivas. Sob essa abordagem, o que está em jogo é raça e saúde.

Na segunda metade do artigo, sintetizo uma discussão em torno de abordagens antropológicas que talvez se pudesse reunir sob a classificação de *hermenêutica¹ das diferenças culturais*. No quadro das discussões sobre políticas públicas, a contribuição crítica mais instigante das múltiplas formas de hermenêuticas de culturas locais consiste certamente no destacar da distância entre representações locais sobre corpo e saúde e as imagens projetadas pelos

¹ A contraposição que assim se desenha entre o historicismo nominalista e qualquer compromisso hermenêutico resulta da leitura de Foucault por Habermas, que entende no filósofo francês “uma despedida da hermenêutica”, na medida em que “o esforço hermenêutico almeja a apropriação de sentido, pressente em cada documento uma voz silenciada que deve ser novamente despertada para a vida. Essa idéia de documento portador de sentido deve ser questionada [por Foucault] tão radicalmente quanto a própria atividade de interpretação” (Habermas, 1998: 351). Se num primeiro momento guio-me por essa contraposição, arrisco mais adiante a possibilidade de complementação de perspectivas.

órgãos e documentos oficiais que vêm lidando com a questão da saúde em situações multiétnicas. Sob essa perspectiva, tem sido mais pertinente operacionalizar etnografias de contextos culturais específicos e espaços de fricções interétnicas do que proceder a uma analítica da categoria raça. Aqui, o que está em jogo é a concepção de corpo, doença e cura em contextos étnico-culturais diferenciados.²

Se no primeiro enfoque busco exercitar uma metodologia historicista para relativizar categorias e razões sociais, na segunda estão em foco as análises antropológicas sobre concepções locais de doença, corpo e saúde. Por fim, busco fazer convergir as duas perspectivas numa discussão sobre dominação e possibilidades de diálogo interétnico, quando o que está em jogo são políticas públicas, nomeadamente políticas de saúde.

Sob o historicismo nominalista

Numa primeira perspectiva, se imporia que, em primeiro lugar, fosse objetivado o lugar de onde emerge esta injunção a se constituir etnia e saúde como objeto plausível de ciência. Adiando parcialmente a exigência de formulação de constatações substantivas sobre saúde e etnia, pretendo questionar as posições pré-construídas de onde podem emergir discursos que racializam a problemática da saúde de populações.

Serão esboçadas duas vertentes dessa perspectiva que radicalmente historiciza os lugares de onde se pode fazer emergir discursos sobre a saúde com relação a grupos étnico-raciais. Uma, correlacionando trajetórias, interesses e temas públicos, fará a historicização das lógicas políticas que vinculam saúde e etnicidade com a intenção de favorecer etnias vulneráveis ou desfavorecidas, e que tem como principal consequência a consolidação das trajetórias mais favoráveis ao trânsito entre universos culturais segregados e a cultura política

² É certo que a vulgarização da categoria etnia tende a torná-la um substituto corrente para a categoria raça, podendo “bem servir de eufemismo, de substituto politicamente indolor ou ideologicamente manipulador suscetível de substituir ou transformar outras categorias — pense-se naquela de nação ou de povo de usos contraditórios hoje, de classe, de que se proclama a obsolescência, ou mesmo de raça, ao qual se aplica desde há meio século um interdito que alguns sonham contornar” (Adorno, 2000). Pretendo aqui, porém, destacar um espaço de relação entre o modo como a categoria tem sido utilizada por especialistas das diferenças (antropólogos, sobretudo) e sua apropriação nas percepções e formulações de políticas públicas.

oficial. Trata-se de um esforço no sentido de uma socioanálise das posições, dos interesses, das trajetórias e das tomadas de posições dos empreendedores envolvidos com o processo de agenciamento de políticas e pesquisas voltadas para a invenção de um novo tema para as arenas públicas: saúde e etnicidade. Que demanda social, que lógicas de retribuições e qual é a estrutura das modalidades de engajamentos na problemática? Adiarei este exercício de historicização das razões sociais dos empreendedores locais desta problemática para a parte final do artigo.

Na segunda vertente, iniciarei a exegese desconstrutivista discutindo a possibilidade de se expor a articulação de conjunto de uma razão política anônima, autônoma, programática, dispersa e intencional que, exposta em sua gênese, faz aparecer perigosas articulações de dispositivos de regulação de populações. Sob essa perspectiva, a arqueologia dos nossos possíveis pontos de enunciação de discursos atuais sobre raça e saúde recuaria para situar o subsolo da estrutura de possibilidade de nossas posições enunciativas num longo processo de transformação discursiva.

Em vários escritos, Foucault (1984, 1997) desenvolve a tese da emergência, no fim do século XVI, de uma formação discursiva cujo nóculo reside numa utilização binária da categoria raça. A provocação lançada por Foucault é de que a gênese da doutrina racista pode ser percebida na forma como historiadores da França e da Inglaterra do século XVI passaram a codificar, em termos de oposição racial binária, os conflitos em torno do Estado absolutista nascente. Nessa formação discursiva, a categoria raça não se inscreve em registros genéticos nem biológicos, evidentemente. Trata-se, para esses historiadores, de resgatar uma guerra inicial que opôs invasores à população local. A vitória do soberano atual não deve fazer esquecer os rumores de um conflito que não se esgotou, mesmo se a paz dos vencedores e sua memória de feitos heróicos busque apagar a identidade dos perdedores. Dessa história das guerras das raças para a utilização nazista do conceito de raças, há o abismo da diferença nos dispositivos de objetivação. Pretendo explorar na seqüência algumas consequências dessa genealogia do discurso racista.

Desse exercício que recua até o século XVI para encontrar na ordem de discursos da história da guerra das raças um construto radicalmente diferente dos usos que fazemos da categoria raça na atualidade, busco retirar apenas o dividendo do historicismo radicalmente nominalista: nenhum compromisso com o essencialismo na objetivação dos processos de racialização.

Ao contrapor a 'história das lutas das raças' ao discurso racista que emerge em fins do século XIX, Foucault (1997) nos coloca na senda de uma análise de múltiplas configurações históricas assumidas por nomes comuns

como 'raça', 'populações', 'saúde'. Sob esse nominalismo historicista, menos do que debater sobre a pertinência de categorias como raça e etnia, somos encaminhados a nos dar conta dos efeitos práticos dos dispositivos de poder que se articulam com discursos locais para constituir configurações naturalizadas de poder-saber.

Menos do que a verdade³ histórica substancial dessa outra narrativa sobre os discursos raciais, interessa-me aqui os efeitos de descentramento discursivo que a genealogia impõe. Nesse sentido, é particularmente interessante para os nossos debates sobre a pertinência analítica da categoria raça o modo como Foucault dessubstancializa a categoria sem deixar de apresentar os diferentes efeitos de poder e resistência do quadro de poder-saber que lhe é constitutivo.

A história da luta das raças, que emerge por volta do século XVI, nos é apresentada por Foucault (1997) como uma contra-história que não apenas critica, mas também ataca o poder. É o discurso da revolta e da profecia, que, ao dividir a sociedade em duas metades, oferece uma matriz tanto para o discurso revolucionário das classes sociais quanto para o discurso reacionário racialista no século XIX. Na Inglaterra e na França do fim do século XVI, a aristocracia que se opõe ao absolutismo escreve a história da guerra das raças para opor o povo ao soberano. Esse saber histórico que busca reativar um conflito inicial que opõe duas raças é o correlato resistente de um exercício de poder soberano que se define na fórmula do 'deixar viver ou fazer morrer'. O poder do soberano se faz exercer menos pela sua capacidade de cuidar dos súditos do que pela exibição ostensiva da possibilidade de tirar a vida, que é o correlato da magnífica permissão de viver.

No século XX, o discurso sobre a luta das raças se transforma em discurso racista sobre a pureza biológica do povo de uma nação, e isso ocorre correlativamente ao processo de emergência de um biopoder para o qual é fundamental a noção de saúde das populações. Trata-se de uma outra modalidade de poder esta que se assenta sobre a crescente capacidade do Estado de conceder a vida e de gerir a saúde da população de seu território.

³ Utilizo aqui a genealogia de Foucault no sentido proposto por Adorno (2000:96) de que "a história de Foucault não tem como objetivo tornar visível a verdade do passado, mas devolver o que tornou possível essa verdade e a razão pela qual essa razão tem funcionado sobre o objeto da escrita, sobre o presente do sujeito que o enuncia". Trata-se de configurar sob que possibilidades uma configuração de enunciados e relações de poder impõe injunções a que se fale de certo modo de raça, etnia e saúde.

É paralelamente às transformações profundas no discurso sobre as raças que se dá o “nascimento da clínica” introduzindo mudanças radicais na concepção de doença, nos procedimentos para estudá-la, nas relações entre médico e pacientes. A perspectiva de relativização das nossas mais óbvias evidências das ‘conquistas’ do atual regime de poder saber é fundamental para que se despertem outros efeitos do poder menos visíveis. Se as ‘conquistas’ da medicina são neutralizadas sob essa perspectiva genealógica, é de modo a se fazer ressaltar a emergência da raça em seu sentido biológico. Correlativamente aos benefícios do novo regime de poder, devem-se explicitar as justificações teóricas que permitam a aceitação do ‘deixar morrer’ a que partes da população são relegadas.

Entre a problemática da saúde das populações e a questão das raças, Foucault nos propõe uma correlação: quando no século XIX emerge um discurso que torna biológicas as raças, simultaneamente emergem as populações como objeto de políticas públicas. “Deveríamos falar de biopolítica para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (Foucault, 1984:134).

E o nominalismo nos impõe aqui constatações radicais: não existem ‘populações’ antes que exista uma biopolítica; quando a ‘saúde’ se coloca como questão pública, o homem ocidental emerge racializado:

Com efeito, o que é o racismo? É, na verdade, o meio de introduzir um corte, nesse domínio da vida de que o poder se encarrega: o corte entre aquele que deve viver e aquele que deve morrer. No *continuum* biológico da espécie humana, a aparição das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar o campo biológico de que o poder se encarrega; uma forma de separar no interior da população, alguns grupos em relação a outros. (Foucault, 1997:227, tradução nossa)

Só se pode falar em raças em sua acepção moderna quando a saúde de populações emerge na esfera pública como questão social, quando se dá “a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder — no campo das técnicas políticas” (Foucault, 1984:133). A constituição de uma dimensão biomédica do poder significa, por um lado, a possibilidade e o endereçamento de diversos dispositivos de controle social no sentido da majoração das forças sociais, e, por outro, a qualificação racial dessas

mesmas forças sociais segundo uma lógica do sangue que só o nazismo explicitou e levou às últimas consequências.

Nas demais conjunções de dispositivos de biopoder, a majoração de uma parte das forças sociais de acordo com uma biopolítica própria às áreas centrais e a periferização e sobre-exploração das raças inferiores também são fatores de segregação, hierarquização e genocídio, porém bem menos explícitos.⁴

Nesse sentido, gostaria de fazer um breve cruzamento entre os debates recentes a propósito do conceito de raça e etnia, e o campo que se abre na articulação dessas categorias, com a questão da saúde e, mais especificamente, da saúde reprodutiva. Desde que a desconstrução da categoria raça, sob o duplo efeito da monumentalização da perversidade do nazismo e do desmoronamento, pelo menos no espaço da ciência, do evolucionismo e do etnocentrismo pelo impacto particular de diversas e consistentes perspectivas antropológicas, o debate sob a pertinência analítica da categoria raça tem emergido com particular tensão no Brasil.

Os intelectuais repetidamente enfatizam a “não-cientificidade” da categoria (Adesky, 2001:134 — só para citar apenas uma das abordagens ao tema mais recentes no Brasil), ao mesmo tempo em que, sob o impacto das contundentes denúncias e reivindicações do movimento negro, o racismo brasileiro aparece cada vez mais como tema incontornável. Meu argumento básico vai no sentido de colocar o conceito foucaultiano de biopoder no centro dessa discussão sobre a pertinência das categorias raça e etnia para a análise da formação social brasileira. Seguindo esse programa nominalista, as duas categorias devem ser correlacionadas menos às realidades que designam do que aos processos de objetivação que acionam. Trata-se menos de ‘coisas sociais’ do que de práticas discursivas articuladas em dispositivos mais ou menos poderosos de poder-saber, conforme o que esteja em jogo sejam correlações locais para

⁴ A correlação entre o capitalismo, o racismo e a biopolítica subjacente às políticas de saúde dos Estados modernos nos é apresentada por Foucault como uma articulação rizomática: “Os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (...) agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processo e os sustentam; operam também como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos” (Foucault, 1984:132).

conformação de comunidades remanescentes de quilombos, ataques neonazistas ou manifestações do movimento negro em Brasília.

Quando populações alojadas em espaços contíguos são submetidas a tratamentos diferenciados conforme o grau de proximidade a um ideal de raça-nação, os processos de regulação de populações são, por um lado, incentivos ao crescimento das forças sociais e, por outro, estabelecimento de dispositivos de genocídio. Se nunca houve tantos instrumentos de controle do crescimento populacional,⁵ talvez seja porque o que está em jogo, além da majoração das forças sociais, seja o ajuste de projetos raciais.

O discurso racialista que emerge na Europa, no século XIX, correlativamente a dispositivos de biopoder, se dissemina pelas novas nações com urgência tanto maior quanto está na ordem do dia a construção da nacionalidade. E no Brasil⁶ que emergia da colonização e do fim do sistema escravista, esse discurso racialista iria reorganizar os sistemas de percepção e, conseqüentemente, produzir os espaços para novas modalidades de dominação, que se alimentam numa utilização peculiar dos dispositivos de biopoder.

Quando Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e até Gilberto Freyre estabelecem uma regularidade discursiva que se dispersa em pontos de vista em torno dos pólos de irradiação nação, raça e mistura, não estão apenas propondo interpretações, mas contribuindo para práticas que equacionam com mais ou menos eficiência a problemática da homogeneização racial da nação. Esse projeto que se torna cada vez mais anônimo, distante das formulações originais, disperso numa série de fragmentos de discursos mais ou menos diretamente articulados a práticas higienistas, talvez não tenha se esgotado como articulação de práticas locais, mesmo se nenhum grupo social o tenha em mente.

⁵ As positivities discursivas em torno da saúde pública emergem como formação discursiva ao lado do discurso racialista numa mesma articulação de conjunto para o controle populacional: "Aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Do lado das regulações de população a demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a tabulação das riquezas e de sua circulação, das vidas com sua duração provável" (Foucault, 1984:132).

⁶ Vários autores têm chamado a atenção para a necessidade que a elite intelectual brasileira de fins do século XIX tinha de pensar a pluralidade racial nascida do processo de colonização. O nominalismo que se nos impõe aqui faz perceber que o novo sistema de percepção racial que emerge então não se limita em repensar uma matéria previamente dada (a ameaça à pureza racial que os negros representam), ele a inventa.

Minha leitura é a de que, ao lado da positividade de práticas como o incentivo à imigração de populações oriundas da Europa, outras de invisibilização de populações nacionais para as políticas públicas, como as de saúde, nomeadamente produziram as raças no Brasil pós-colonial. Nesse sentido, não se diria que os negros são vítimas da ausência de políticas de saúde consistentes, mas que o modo como se (não) montam as políticas de saúde é o constitutivo do ser do negro no Brasil.

Sob essa perspectiva nominalista,⁷ surgem indagações pertinentes sobre a relação entre as epidemias e os grupos sociais de maior vulnerabilidade social. Se o Estado moderno só exerce seu poder de morte 'deixando morrer', o fato de os negros no Brasil estarem mais sujeitos à falta de informação, meios de prevenção e acesso a serviços de saúde se inscreve no quadro de uma formação social historicamente racista. A expansão da Aids afetando mais a negros deve assim ser equacionada a um sistema de correlações de força não projetado em sua integralidade, mas que funciona sob o pressuposto racista da seleção e proteção da raça branca contra as demais raças. A pertinência da categoria 'raças' passa a estar intrinsecamente vinculada à existência de desigualdades ligadas ao modo de operação de mecanismos sociais sutis — a educação escolar, a seletividade do mercado de trabalho, a pobreza, a organização familiar.

Do embate entre anti-antietnocêntricos e anti-anti-realtivistas

Análises encaminhadas sob a perspectiva esboçada anteriormente têm sido criticadas pela ausência de uma expressão positiva da resistência. O escopo crítico do nominalismo parece reduzido quando não se deixa complementar por análises das construções, linguagens e convicções efetivas dos grupos e povos que configuram alteridades culturais sob muitos aspectos resistentes às imposições das múltiplas modalidades de poder em formato ocidental. É essa outra dimensão que estudos na perspectiva de uma hermenêutica das diferenças culturais sempre enfatizaram. A antropologia, ao colocar ênfase na nature-

⁷ Adotamos aqui a leitura de Rajchman (1987:47) do sentido em que a genealogia proposta por Foucault é nominalista: o que elas analisam "não são histórias de coisas, mas de termos, categorias e técnicas, através dos quais certas coisas tornam-se certos momentos, o foco de toda uma configuração de discussão e de procedimento".

za intersubjetiva dos significados culturais partilhados, pode deslocar o foco de análise dos discursos e efeitos de poder majoritários sem cair nas análises comportamentais que durante décadas exauriram o tema da saúde reprodutiva nas análises psicossociais. O enunciado básico que me permitiria reunir aqui uma série de abordagens heterogêneas sob um mesmo escopo é a formulação de que 'corpo', 'cura', 'doença', 'saúde' e 'sexualidade' são construtos sociais que ganham configurações diversas conforme a cultura em questão.

Duas frentes de embate esboçam os contornos externos desta perspectiva de pesquisas: contraposição aos estudos comportamentais, por um lado, e, por outro, aos enfoques antropológicos clássicos enviesados etnocentricamente quando o assunto em questão é saúde e comportamento sexual. Tal como a primeira perspectiva teórica discutida anteriormente, este enfoque pode ser visto como crítica às abordagens racionalizantes ocidentais nomeadamente à aplicação de categorias biomédicas a contextos não-ocidentais. Distancia-se, contudo, de um exame mais exaustivo da expansão da razão tecnicista para se concentrar nos aportes culturais alternativos aos ocidentais no que efetivamente as outras culturas têm a dizer.

Mas a evocação de um exemplo muito simples pode explicitar os impasses dessa abordagem quando se sai da análise de microcontextos culturais para a avaliação de situações mais amplas de fricção interétnica, intervenção político-científica e implantação de políticas públicas de saúde. Diante do exemplo de um indígena alcoólatra que é mantido num custoso tratamento de diálise, apesar da intransigente opção por continuar bebendo, Geertz (2001) e Rorty (1994) tecem avaliações diametralmente opostas. Para Geertz, o desconforto dos médicos, ao manterem o paciente sob um tratamento que melhor serviria a outros mais propensos em seguir suas indicações, ilustra o dilema moral das sociedades 'esclarecidas' quando confrontada com valores e comportamentos hostis às suas próprias crenças e comportamentos 'liberais'. Uma discussão paradigmática dos impasses na avaliação dos confrontos interculturais quando o que está em jogo são questões de identidade étnica, direito e políticas de saúde.

Ao qualificar de 'caso difícil' o fato de que a contragosto os médicos tivessem mantido o paciente até a sua morte, Geertz reclama um espaço e uma modalidade de exercício prático da imaginação própria à sua disciplina. Geertz usa o exemplo para alfinetar liberais moderados por um lado e anti-antietnocêntricos por outro. A posição liberal moderada é reconhecida, por exemplo, na tolerância desesperada do cosmopolitismo da Unesco (Geertz, 2001). Mas é o anti-antietnocentrismo de Lévi-Strauss e Rorty que são atacados de forma mais contundente.

Rorty, por sua vez, triplicou enfatizando que médicos não precisam avaliar o valor das vidas que salvam, assim como advogados não precisam se inquietar exageradamente com a moral daqueles a quem defendem, nem os professores devem fazer uma triagem dos alunos que efetivamente aproveitarão seus ensinamentos. Se a lógica da área de especialização de Geertz lhe permite entender o que significa ser índio antes, durante e após a conquista de sua tribo pelos brancos, e a relação de tudo isso com o caminho terrível do índio bêbado, isso não quer dizer que outros especialistas, incapazes de se colocar nessa especial sensibilidade para com a alteridade, estejam no escuro quando lidam com diferenças culturais desse tipo — argumenta Rorty. Cabe à especialidade do antropólogo “fazer estender os limites da imaginação social, abrindo portas para a justiça procedural” (Rorty, 1994:236) para essas alteridades excluídas a ponto de o índio poder ganhar o primeiro lugar na lista de espera pelo atendimento médico, apesar de sua etnia e conduta alcoólatra. Para o autor, o exemplo não trata de um caso difícil nem do ponto de vista moral nem do ponto de vista legal: “É a honra moral da nossa sociedade que é remetida aos mecanismos da justiça procedural” (Rorty, 1994:236).

E é sobre essa disputa de espaços, lógicas e sensibilidades que eu gostaria de tecer as considerações centrais deste artigo. Em toda essa discussão, quero enfatizar, para efeitos de minha argumentação, o mérito de Rorty em expor a existência de espaços de especialistas que não podem ter a mesma vocação à imaginação que tem o antropólogo, porque estão engajados em outras lógicas também vitais ao conjunto da estrutura democrática:

Em outros termos, uma tal democracia emprega e habilita simultaneamente especialistas da diversidade e guardiãs do universal. (...) os progressos morais dos últimos séculos devem-se mais aos especialistas da particularidade — historiadores, romancistas, os etnógrafos e os jornalistas de escândalos, por exemplo — que aos especialistas do universal que são os teólogos e os filósofos. (...) O gênero de anti-anti-relativismo que descreve Geertz não tem nada de incompatível com esta esperança. (Rorty, 1994:238)

Mesmo sem aplaudir esse anti-antietnocentrismo como agenda de relacionamento intercultural, é preciso reconhecer a pertinência de uma reflexão, não tanto sobre os limites, mas sobretudo quanto às condições sociológicas da pretensão universalista da especial sensibilidade e imaginação antropológicas.

Citei esse exemplo para encaminhar a discussão para a segunda vertente de um historicismo nominalista, que recai precisamente sobre os mediado-

res culturais e suas especialidades. É aqui que é preciso reintroduzir a questão das relações de poder na produção da objetividade da realidade identitária. Lembro-me aqui da nota de Bourdieu (1996) de que as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais. Isto é, quando aquele que classifica está dotado de autoridade (reconhecimento social para fazê-lo), sua ficção não é destituída da eficácia de fazer existir aquilo de que fala (raça, nação, região, etnia), pelo poder de impor um reconhecimento que seu enunciado carrega, fazendo existir, num determinado momento, aquilo que, em outras conjunturas, já fora apenas uma possibilidade inscrita no real.

O que toda essa discussão em torno da intersubjetividade tecida por Rorty (1994) e Geertz (2001) não chega a levar em conta são exatamente as lutas sociais pelo poder de definição das divisões do mundo social. O fato de que na própria contenda entre esses principais representantes de suas respectivas disciplinas está em jogo o poder simbólico que pode impor o reconhecimento das especialidades e sensibilidades adequadas à mediação.

Mediações na dominação e nas resistências étnico-raciais

Nas análises de situações de pluriethnicidade, tem se enfatizado os processos de produção e utilização de etiquetas étnicas cuja estrutura é descrita como mapa cognitivo por meio do qual os atores orientam-se em suas interações. O que a perspectiva interacionista geralmente negligencia são as dimensões de poder das situações de fricção interétnica, que não se dão unicamente como exposição contrastiva de símbolos diacríticos, mas também na supressão da possibilidade da fala pública à etnia dominada, o que produz efeitos de invisibilização difíceis de tratar sob a óptica do contraste. Seguindo Bourdieu (1999), poderia dizer que a relação de dominação racial coloca o racialmente dominado no lugar da desonra, e, nesse lugar da desonra, o outro é objeto de prazer, de políticas higienistas, de controles e de acusação de uma sexualidade não-domesticada:

Verdade do estatuto conferido às mulheres que se revela ao contrário na situação limite (...). Ao inverso do uso patri-local, vem residir na casa da esposa e passa a circular como mulher, isto é, como objeto (...). A masculinidade mesmo vendo-se assim posta em questão (...) [e] os subterfúgios que a família humilhada põe em ação para salvar a aparência da sua honra e, na medida do possível, a do 'homem objeto' que, anulando-se como homem, põe em questão a honra da família que o recebe. (Bourdieu, 1999:55)

A relação entre etnia, saúde, sexualidade e gênero se articula de modo particularmente estrito quando vemos o modo como a dominação étnica coloca a etnia dominada numa posição similar à do gênero dominado: a de objeto de apreciação e de mediações que o retiram do lugar de sujeito para tornar necessário o lugar de porta-voz.⁸

Poderíamos falar aqui de uma complexa relação de homologia estrutural entre a dominação étnica e a dominação de gênero que faz com que grupos racialmente dominados estejam como que circulando por territórios de outrem, o que favorece a invisibilização, impõe uma certa censura às possibilidades de falar em nome próprio, produz esse lugar objetificado e, sobretudo, estrutura todo um espaço para a emergência de mediadores tanto mais ventríloquos quanto identitariamente distanciados do grupo que submetem à objetivação. É também por essas homologias estruturais que as ideologias da sexualidade se fazem carregar de pressupostos sobre raça.

Se esse for o lugar estrutural das populações racializadas, surgem indicações de correlações entre uma sexualidade concebida irrompendo contra a cultura — a erótica selvagem do dominando — e a vulnerabilização da saúde reprodutiva dessas populações. Típica profecia que tende a se realizar sob os efeitos conjugados de condições objetivas de exclusão (do acesso ao emprego, à saúde etc.), e incorporação subjetiva do estigma de que a correlação entre raças dominadas e doenças sexualmente transmissíveis tende a ser um dos mais eficazes mecanismos de genocídio. Aqui, o tema da violência simbólica — cujo término é uma somatização das relações sociais de dominação ao final de um extraordinário processo que legitima a relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza — ganha um novo conteúdo: populações são racializadas por um processo de somatização, no qual o resultado pode ser a eliminação fí-

⁸ Transpomos as constatações de Bourdieu da questão de gênero para a étnica quando o sociólogo ressalta o processo de circulação como imposição da condição de objeto: “É na lógica da economia de trocas simbólicas — e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto social de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens —, que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxinomias culturais. O tabu do incesto, em que Lévi-Strauss vê o ato fundador da sociedade, na medida em que implica o imperativo de troca compreendido como igual comunicação entre os homens, é correlativo da instituição da violência pela qual as mulheres são negadas como sujeitos da troca e da aliança que se instauram através delas, mas reduzindo-os a condição de objetos, ou melhor, de instrumentos simbólicos da política masculina” (Bourdieu, 1999:56).

sica dos designados para o lugar de raça inferior, por uma naturalização de uma sexualidade exposta a processos violentos de vulnerabilização às doenças.

A censura que se impõe à ocupação do espaço e, sobretudo, da fala pública por parte das etnias dominadas é fecunda para a constituição de espaços para especialistas na medição política. As múltiplas formas de resistência aos processos dominantes de racialização e genocídio abrem espaços para mediações político-culturais que tendem cada vez mais a produzir processos de etnogêneses. O que está em jogo nesses processos de mediação cultural é a transmutação de resistências locais e circunscritas em problemas que irrompem as arenas públicas e podem se impor como legítimos para agentes e instituições com condições e legitimidade para disseminá-los. Instala-se, assim, um espaço de concorrência para a mediação em que especificidades profissionais e outros capitais acumulados em trajetórias político-culturais se oferecem para a manipulação das relações sociais que permitem a monopolização da condição de porta-voz legítimo dos segmentos expostos aos processos de racialização.

Nessa competição, os atores intervêm em nome de grupos institucionalizados. Mas tais grupos são eles mesmos estruturados por uma concorrência interna e por debates contraditórios.

Analisar as discussões internas ao espaço da militância do movimento negro ou do espaço da antropologia e da sociologia voltadas para a questão étnica, ou ainda dos agentes de políticas de saúde, por exemplo, permitiria compreender como o problema social 'raça/etnia e saúde' vem se constituindo em espaço público para a mediação de agentes oriundos de diferentes campos e que buscam normatizar a problemática. São os parâmetros mais gerais dessa segunda vertente de uma hermenêutica alicerçada na suspeita que esboçamos em seguida.

As lógicas de engajamento nas medições por políticas de saúde

A primeira sugestão para uma reflexão mais acurada sobre as lógicas de engajamento na problemática saúde-etnia é quanto ao caráter tardio da ressonância nas arenas públicas da problematização da vulnerabilização das condições de existência de raças dominadas por doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente a Aids. Uma comparação acurada com o processo de problematização com relação à outra categoria social estigmatizada, os homossexuais, talvez demonstrasse uma defasagem temporal pertinente. Ao se tomar, por exem-

plo, o momento de emergência da Aids como problema público de saúde no Brasil, é possível avaliar positivamente a reação de setores públicos:

Das decisões adotadas pela Secretaria de Saúde de São Paulo, chamam a atenção à resposta imediata, a proposta de envolver a comunidade, o reconhecimento da legitimidade da demanda mesmo que procedente de um setor socialmente minoritário e a ausência de postura discriminatória ou estigmatizante. (Teixeira, 1997:47)

Por conseguinte, a primeira indicação nos encaminha para a genealogia dos processos de emergência desse tipo de problemática, o que significa avaliar tanto a trajetória dos problemas socialmente pertinentes quanto dos agentes que os edificam no espaço público. Impõe-se aqui como programa de pesquisa analisar o processo de construção social da demanda, os indicadores do peso social dos agentes em questão e dos recursos (políticos, de relações sociais e financeiros) disponíveis. Mais ainda, é necessário que se leve em conta o grau de distância em que os empreendedores se colocam em relação aos grupos objetivados pela 'causa', a relação entre os lugares de enunciação dos discursos sobre o problema social e a identidade e o recorte da população objetivada.

No caso da relação entre etnia e saúde, se verifica de início que os discursos sobre o problema — políticas públicas para a população afro-descendente — constituem posições de sujeito de enunciação a partir de lugares de identidade distantes em relação ao público-alvo. Insisto no quanto pode ser heurísticamente pertinente uma comparação com o processo que elevou os homossexuais, esse 'setor minoritário da população', à visibilidade pública quanto à problemática da Aids. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que, entre as condições que possibilitaram a ressonância dessa demanda nas arenas públicas, uma delas foi terem os mediadores constituído o lugar da luta por direitos de um setor minoritário da população, os homossexuais como espaço de enunciação que era interno à identidade do grupo estigmatizado.

Esse processo de institucionalização de uma identidade particular como o lugar de enunciação pública do problema do (e pelo) grupo favorece o processo de universalização de políticas em duas medidas. Primeiro, porque encurta a distância entre as sensibilidades locais e sua ressonância nas arenas públicas. Em segundo lugar, porque, ao favorecer a promoção de mediadores locais à condição de *brokers*,⁹ permite que visões mais distanciadas da cultura política instituída possam emergir como heterodoxias que retiram sua legitimidade de uma maior proximidade das vivências localmente referenciadas.

Pretendo aqui argumentar que a acumulação de capital político por parte de agentes oriundos de identidades e atividades locais pode favorecer o agenciamento de leis e resoluções com cada vez maior potencial de universalização¹⁰ no equacionamento de políticas públicas.

Nesse sentido, é interessante verificar que a problemática Aids/homossexuais só ganhou importantes dividendos públicos positivos quando foi incorporada por grandes ONGs, que podiam levantar questões com escopo cada vez mais universais, a partir de lugares de enunciação alicerçados na história particular da estigmatização dos homossexuais (Galvão, 1997).

A mesma coisa poderia ser pensada em relação à problemática etnia/Aids. De todo o modo, o que está em jogo simultaneamente ao processo de consolidação da problemática nas arenas públicas é a gênese do próprio grupo como portador da problemática. A luta pela definição do caráter da relação entre o problema social e o grupo social é uma típica luta que reinventa o grupo ao inventar o princípio de legitimidade de sua demanda. “A luta se localiza, portanto, no princípio de construção da classe (social, étnica, sexual etc.): todo e qualquer grupo é palco de uma luta pela imposição do princípio legítimo de construção dos grupos” (Bourdieu, 1996:120).

À medida que a questão étnica se consolida na esfera pública como demanda à criação de espaços de mediação das diferenças culturais, especialistas de variadas esferas são chamados a contribuir em processos de etnogêneses, seja incorporando a setores respectivos do Estado, em adendos, conteúdos parciais, com freqüência apenas performáticos, de saberes locais; seja dialogando com mediadores locais na reconstituição de fronteiras comunitárias.

⁹ Wolf (1971: 66) conceitua como *brokers* uma espécie de mediadores que desempenha funções cruciais de articulação entre segmentos sociais e as estruturas estatais mais amplas da nação. “A posição destes ‘mediadores’ (*brokers*) é exposta, uma vez que, como Jano, eles olham em duas direções ao mesmo tempo. Eles precisam servir a alguns dos interesses atuando ao nível da comunidade e da nação, e precisam conviver com os conflitos surgidos pela colisão de seus interesses. (...) Assim, eles freqüentemente agem como estabilizadores entre os grupos, mantendo as tensões que fornecem a dinâmica de suas ações”.

¹⁰ Quanto às possibilidades de se chegar a alguma espécie de universalização, é preciso concordar com Bourdieu (1998:94) que “não existem os universais trans-históricos da comunicação, como querem Apel ou Habermas; mas existem formas socialmente instituídas e garantidas de comunicação que (...) conferem sua plena eficácia a mecanismos de universalização”. Encontrar e instituir esses mecanismos de universalização no espaço de políticas públicas com relação a minorias étnicas requer uma lógica de concorrência e controles mútuos entre os mediadores, que está longe de se ter garantido no espaço político brasileiro como pretendo discutir adiante.

O que se estabelece nesses processos é um quadro de concorrência pela monopolização da fala pública legítima em nome dos interesses da etnia dominada, que envolve administradores, antropólogos, agentes de justiça, militantes do movimento negro, sindicalistas, entre outros. Sob lógicas de engajamento e de retribuição muito diferenciadas, portadores de recursos substancialmente desiguais tendem não apenas a produzir retóricas diferentes, mas com frequência envolvendo agressivos jogos de força.

Contra a essencialização dos símbolos mais diacríticos de identidade étnica, os antropólogos estão com frequência esgrimindo novos detalhes técnicos de uma particularização mais minuciosa das identidades em emergência, totalizando os detalhes em complexos textos culturais para cuja produção os militantes não podem concorrer. Sobretudo, os antropólogos vêm nos últimos anos insistindo em recuperar metanarrativas sobre a identidade nacional que se contraponham à 'importação' militante de discursos raciais essencialistas.¹¹ Envolvidos num espaço de mediação e concorrência que demanda dos cientistas o exercício do lugar de censor público, antropólogos vêm fazendo um uso social da ciência assente, sobretudo, na exibição e pretensão de uma sensibilidade às diferenças étnicas que os transformam nos 'porta-vozes naturais' dos mais diminuídos da condição de exercício da fala pública.

De outro lado, os militantes do movimento negro tendem a legitimar o assalto ao monopólio da fala pública em nome de uma outra modalidade de sensibilidade social. Ela é 'mais à flor da pele', construída na edificação de narrativas biográficas alicerçadas na lógica do ressentimento e, sobretudo, num antiintelectualismo tanto mais agressivo quanto maior a condição de dominado não apenas no espaço acadêmico, mas, principalmente, nesse espaço de mediação em que posições acadêmicas podem ser reconvertidas em formas de capital político.

Acusados de importação de problemáticas de uma realidade racial diferente da brasileira — na verdade, nessa luta pela definição das propriedades pertinentes à condição de porta-voz legítimo das diferenças subjugadas —, os militantes se alimentam tanto de símbolos do Atlântico Negro como do processo de retradução dos resultados das pesquisas antropológicas. Na debilita-

¹¹ A posição construtivista de boa parte dos antropólogos brasileiros com relação às discussões sobre as categorias raça e etnia tem pecado, geralmente, por concorrerem com o movimento negro na definição do que seria a categorização mais legítima, quando essa parte do construto social deveria ser levada em conta em sua contribuição para a reconstituição das nomações e, portanto, do real que é sempre um arbitrário social.

ção das tomadas de posições dos militantes, pesa o fato da destituição das condições de produção desses discursos que detalham tais 'modos de viver' exemplificados para resgate de políticas especiais. Pouco preparados também para o detalhamento dessas políticas especiais — e, sobretudo, precariamente situados numa perspectiva global, o que reforça a impressão de uma racionalização discursiva muito embrionária —, os militantes do movimento negro perdem dos dois lados da corrida em direção à legitimação da condição de representante legal de uma causa já amplamente reconhecida pelos esforços do mesmo movimento.

A debilitação da posição e das tomadas de posição da representação negra favorece a limitação da sensibilidade pública para com os efeitos do racismo e reduz os compromissos estatais para com o anti-racismo à retórica, de tal modo que, quando as políticas de saúde chegam, por exemplo, aos setores com menos poder de mobilização de recursos, elas estejam esgotadas sob vários aspectos. Retardadas comparativamente às demandas de outros setores, deslegitimadas pela luta com os agentes oriundos da academia dotados de recursos de construção de mais amplas audiências, as demandas do movimento negro ascendem debilitadas às arenas públicas, produzem retornos deficitários para os militantes engajados na problemática e pouca eficiência na proteção efetiva do público-alvo.

Por outro lado, os políticos profissionais — sobretudo os de esquerda,¹² voltados para as políticas sociais — têm buscado e conseguido, graças a seus recursos políticos, tomar a direção do processo suscetível de servir de vetor a essas demandas étnicas, e lhes concedem direções mais conformes às lógicas políticas de engajamento e à busca de retribuições a que eles estão acorrentados. Mesmo se as tomadas de posições desses políticos profissionais parecem obedecer a princípios de produção éticos (sob a idéia da justiça social ou da defesa dos oprimidos), na verdade a utilização desse repertório se revela muito rentável politicamente por ser muito evocador, suscetível de múltiplas traduções junto aos profanos e, por isso, fonte de mobilização alargada. Voltados para uma lógica que busca menos a precisão das modalidades de equacio-

¹² Mas é preciso aqui considerar que "estranhas homologias aproximam os partidos ideologicamente mais distantes quando eles ocupam as mesmas posições" (Gaxie, 1990:193). Mais adiante, Gaxie acrescenta: "Repousando sobre distinções simples — individual contra coletivo, responsabilidade ou solidariedade, generosidade ou gestão, serviço público ou setor privado, social ou econômico — é um dos mitos — com certeza o mito — fundador das clivagens políticas".

namento das políticas do que sua inscrição solene nos rituais da política, é a representatividade social desses políticos mais do que a especialização que parece nortear a prática profissional imbuída de um forte senso de reciprocidade e fidelidade nas trocas interpessoais.

Prensados entre políticos e especialistas das diferenças, os militantes se vêem aliciados a modestas carreiras que expressam posições dominadas em cada um desses campos. Quando se reproduz nos espaços de mediação a lógica dominante mais ampla que submete os representantes da etnia dominada à condição de dominados, talvez devêssemos, mais do que conceituar em termos (de fricções) étnicos, categorizar como dominação racial (e genocídio) tal como discutido na primeira parte deste artigo.

Da especialização das condições do diálogo argumentativo

Seria interessante verificar em que medida as distinções que fizemos anteriormente entre políticos profissionais e especialistas das diferenças, por um lado, e militantes locais, por outro, permitiria equacionar as questões decisivas levantadas por Oliveira na distinção entre políticas indigenistas e políticas indígenas.

É assim que, como modalidade de atuação governamental, considero que a política indigenista deva ser capaz de auto-avaliar-se sistematicamente com vistas a atender aos requisitos mínimos de uma ética (...) Quanto à política e/ou políticas propostas pelos próprios índios e por suas lideranças, elas serão mencionadas como políticas indígenas. (Cardoso de Oliveira, 2000:214)

A partir dessa distinção, a questão decisiva passa a ser a de verificar em que medida o espaço de concorrência pela mediação político-cultural das diferenças étnicas comporta condições para conformar uma comunidade de argumentação, nos termos propostos por Apel e retomados por Habermas,¹³ se o que está em jogo é a confrontação entre agentes de políticas indigenistas e lideranças indígenas.

¹³ “Está relacionado com o que se poderia chamar de organização do campo político indígena, i. e., não indigenista, como condição de possibilidade de um verdadeiro diálogo que efetivamente sejam admitidas como representantes de seus respectivos povos e que venham a poder instituir, por consenso negociado junto ao Estado, as regras de uma interlocução aberta e democrática. (...) dificuldades encontradas na atualização da própria ética discursiva em amplos

Sob a perspectiva historicista que adotei desde o início deste artigo, teria que considerar, em primeiro lugar, que o caminho de ascensão a esse espaço de mediação é aberto menos por processos argumentativos do que por golpes de força. Em segundo lugar, não sendo esse espaço um lugar de interlocução interpares, toda a interação militantes-políticos, militantes-antropólogos e antropólogos-políticos coloca em justaposição as estruturas sociais que facultam recursos a esses agentes sociais. Nesse tipo de interação, o peso do capital político ou cultural propiciado por essas estruturas se impõe com uma violência simbólica desmesurada em relação aos potenciais argumentativos dos diálogos que aí se estabelecem.

Mesmo considerando o fato de que “começam a surgir líderes indígenas bastante competentes no uso da linguagem do pólo dominante” (Cardoso de Oliveira, 2000:227), é preciso também que se leve em conta a autonomização das estruturas das relações de mediação, os constrangimentos ritualísticos específicos desse espaço de interação, as suas regularidades discursivas, as correlações de força entre posições e os limites nas possibilidades de se produzir tomadas de posições simultaneamente novas e credíveis. As lideranças das etnias dominadas só se tornariam “interlocutores capazes de se movimentar no interior de normas do discurso hegemônico” depois de pagarem o preço de um distanciamento da identidade, da linguagem, dos interesses de seus representados? A “argumentação audível e inteligível no interior do campo” (Cardoso de Oliveira, 2000:227) político hegemônico é ainda uma fala indígena? As lideranças que ascendem à posição de políticos profissionais continuam se encarregando das aspirações de seus grupos de origem ou são levados aos jogos específicos da autonomia desse espaço de interação política?

Aqui se impõe ir além das derivações da hermenêutica e da fenomenologia quanto ao caráter comum da traduzibilidade na passagem entre universos culturais socialmente distantes e da “*Verstehen* como condição ontológica da sociedade humana” (Giddens, 1998:291).¹⁴ Para responder a essas questões

espaços interculturais, como soem ser os que envolvem as relações dialógicas entre os povos indígenas e o Estado nacional, isto é, no macro espaço de interseção entre políticas indígena e indigenista” (Cardoso de Oliveira, 2000:215).

¹⁴ Engajamentos da sociologia em perspectivismos do tipo proposto por Giddens (1998) ao retomar a etnometodologia e ao enfatizar “que *Verstehen* deveria ser abordado como uma condição ontológica da sociedade humana (...) o meio pelo qual a vida social é constituída por atores leigos” (Giddens, 1998:291), leva a que se negligencie importantes dimensões de relações de poder associadas ao ‘potencial de metamorfose’ (Kuschnir, 2001) das trajetórias que se situam

de mediação política nas fronteiras de universos socioculturais hierarquizados, seria necessária uma investigação sistemática das correlações entre as preocupações, atitudes e opiniões desses grupos etnicamente dominados, o sistema de tomadas de posições enunciadas na lógica da competição política e as trajetórias que favorecem engajamentos em processos de mediação com suas lógicas específicas de retribuição. A violência simbólica do processo de constituição de um espaço especializado na tradução e politização de demandas étnicas instala-se na redução ao silêncio dos destituídos dos instrumentos políticos, para fazer valer suas convicções nessas arenas especializadas.¹⁵

Se for necessário, em primeiro lugar, reconhecer que as normas “estabelecidas (e institucionalizadas) nos termos da racionalidade vigente” (Cardoso de Oliveira, 2000:227) não se conformam aos requisitos do ideal de uma comunidade de argumentação eticamente constituída, porque imposta pelo pólo dominante da relação interétnica, é também importante considerar que a autonomização da esfera de representação política impõe a destituição da maioria dos representados, reduzidos à condição de profanos quando o que está em jogo é a interpelação politicamente especializada.

Mais ainda é preciso considerar que, num espaço de mediação em que as lógicas de ação, as trajetórias e os recursos dos agentes em condições de concorrer (para representar o respeito à diferença étnica) são os mais díspares, são frágeis as possibilidades de estabelecimento de pressupostos consensuais sobre as regras dos diálogos interétnicos.

Não são, portanto, muitas as razões para se esperar que, com a organização do campo político indígena, “fiquem asseguradas as condições de interlo-

nas fronteiras de domínios socioculturais. Para se evitar esse tipo de perda, toda uma literatura clássica na abordagem dos fenômenos de mediação entre universos socioculturais hierarquizados, associados a padrões clientelísticos de relações de dominação (Silverman, 1971; Wolf, 1971, entre outros), pode aqui ser conjugada à analítica das condições sociais de emergência de porta-vozes (Bourdieu, 1996, por exemplo).

¹⁵ A presença de agentes com trajetórias consolidadas na academia não deve nos fazer retirar a guarda em relação a essa “visão irênica retomada de Habermas, que, ignorando a violência simbólica constitutiva do próprio espaço de mediação, seduz na esperança de um intercâmbio segundo o modelo intelectual, submetido à força do melhor argumento” (Bourdieu, 1998:94). Tal esperança se desenha em Cardoso de Oliveira aguardando que “essa situação somente estaria superada quando o índio interpelante pudesse, através do diálogo, contribuir efetivamente para a institucionalização de uma normatividade inteiramente nova, fruto das interações havidas no interior da comunidade intercultural. Em caso contrário — para falarmos como Habermas — persistiria uma espécie de comunicação distorcida entre índios e não-índios, comprometedora da dimensão ética do discurso argumentativo” (Cardoso de Oliveira, 2000:228).

cução no interior de uma comunidade de comunicação interétnica” (Cardoso de Oliveira, 2000:225), assim como três décadas de reorganização do movimento negro brasileiro não vêm assegurando tal interlocução.

Conclusão

A sugestão principal deste artigo é que as intervenções dos especialistas dominantes que se colocam sob a lógica da particularização (antropólogos, historiadores e, em determinadas circunstâncias, promotores públicos) na relação com as alteridades socioculturais excluídas tendem a ser contribuições para processos de etnogêneses. Isto é, o mero fato de se descrever diferenças culturais e de se mapear os contornos da violência simbólica das políticas públicas universalistas reforça fronteiras, mune os grupos para a reivindicação de políticas especiais e favorece a emergência de processos de mediação entre os agenciamentos estatais e as percepções e linguagens locais. Nesses discursos particularistas, a categoria etnia tende a ser o modo de classificação dominante, e a individualização e o reforço das fronteiras comunitárias são os correlatos de reconstituições de imagens da nação mais inclusivas.

Esse processo que contribui para etnogêneses é um tipo de intervenção mediadora que tentei, neste artigo, contrapor ao processo de racialização de populações, correlato da contraposição entre imagens monoculturais e multiculturais de nação. Etnia e raça podem ser contrapostas, enquanto a primeira categoria tende a se estabelecer sob uma razão social mais includente e a segunda, segundo uma lógica binária que no limite tenderia a uma razão genocida. É nesse sentido que tentei evidenciar que o reforço da invisibilidade negra e dos dispositivos anônimos de genocídio estende no tempo projetos formulados no início do século, visando à homogeneização racial da nação brasileira.

Precisei considerar, ainda, que o resgate da categoria raça pelo movimento negro tende a se colocar sob uma lógica mais próxima da retomada do discurso da guerra das raças do século XVI, do que sob o registro biológico da pureza racial. Nesse sentido, reforço aqui o argumento que diferencia o modo como o movimento negro costuma utilizar a categoria raça e o modo como essa categoria foi utilizada nos registros racialistas do início do século.

Sendo assim, racialização e etnização são dimensões de processos de dominação e resistência, lógicas de apropriação dos corpos sociais que emergem em estratégias de dominação, mediação e resistência. Essas estratégias constituem espaços de disputa pela mediação da questão étnica, com fraco potencial de produção de consensos e de agenciamento de políticas com po-

tencial de universalização de direitos. Menos otimista do que Cardoso de Oliveira (2000), sustento que o espaço de mediação para a resistência ao etnocentrismo, ao racismo e ao genocídio não tem condições de instaurar graus satisfatórios de consenso. Em espaços sociais atravessados por princípios de consagração os mais díspares, é preciso reconhecer o trágico como confronto de pontos de vista incompatíveis, porque igualmente fundados em razão social, embora carreguem acúmulos de forças sociais diferenciados.

Referências bibliográficas

- ADORNO, F. P. *Cités: Philosophie, Politique et Histoire*. Paris: PUF, 2000.
- ADESKY, J. *Pluralismo Étnico e Multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: USP, 1996.
- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalinas*. Oeiras: Celta, 1998.
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. *Estudos Avançados*, 14(40):213-230, set.-dez. 2000.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. *Il Faut Défendre la Societé: cours au Collège de France, 1976*. Seuil: Galimard, 1997.
- GALVÃO, J. As respostas das organizações não-governamentais brasileiras frente à epidemia de HIV/Aids. In: PARKER, R. (Org.) *Políticas, Instituições e Aids: enfrentando a epidemia*. Rio de Janeiro: Zahar/Abia, 1997.
- GEERTZ, C. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GAXIE, D. *Le "Social" Transfigure: sur la représentation politique des préoccupations "sociales"*. Paris: PUF, 1990.
- GIDDENS, A. *Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998.
- HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- KUSCHNIR, K. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, G. & KUSCHNIR, K. (Orgs.) *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- RAJCHMAN, J. *Foucault: a liberdade da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- RORTY, R. *Objectivisme, Relativisme et Vérité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- SILVERMAN, S. F. The community-nation mediator in traditional central-Italy. In: SHANIN, T. (Ed.) *Peasants and Peasant Societies: selected readings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.
- TEIXEIRA, P. Políticas públicas em Aids. In: PARKER, R. (Org.) *Políticas, Instituições e Aids: enfrentando a epidemia*. Rio de Janeiro: Zahar/ABIA, 1997.
- WOLF, E. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. In: SHANIN, T. (Ed.) *Peasants and Peasant Societies: selected readings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.